

## Gerenciamento de assunção de responsabilidade no gênero reportagem de checagem de fatos

### Managing assumption of responsibility in the fact-checking report genre

**ÁBILA, FERNANDA**  
fernandaabi286@gmail.com

Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2024)  
(Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4345-0995>

**CATELÃO, EVANDRO DE MELO**  
evandrocatelao@utfpr.edu.br

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2013) (Brasil)

Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3006-5051>

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Responsabilidade enunciativa;  
Checagem de fatos;  
Análise Textual Discursiva;  
Ponto de vista.

**RESUMO:** Este artigo discute a aplicação da noção de responsabilidade enunciativa (RE) em reportagens de checagem de fatos, com vistas a evidenciar as marcas de (não) assunção dos pontos de vista nos excertos selecionados. A análise recai sobre duas reportagens publicadas nas plataformas *online* de checagem de fatos AFP Checamos e Agência Lupa, atestando a inveracidade de conteúdos sobre a vacina da Pfizer contra a Covid-19 que circularam de forma massiva no ambiente digital nos anos de 2020 e 2021. Como ancoragem teórico-metodológica, mobilizaram-se os postulados teóricos da análise textual dos discursos (ATD), conforme Adam (2011; 2020), em diálogo com outros postulados de Rabatel (2009, 2013, 2017) e Maingueneau (2004). Os resultados revelaram que, para cumprir seu propósito comunicativo, os locutores-enunciadores primeiros (L1/E1), agências especializadas, utilizaram como principal estratégia discursiva a imputação dos pontos de vista a fontes especializadas que têm condições de fornecer informações técnicas sobre o tema da checagem. Ao engajar-se com esses pontos de vista, esses L1/E1 evidenciam sua concordância por meio de marcas textuais que semantizam as palavras alheias.

#### **KEY-WORDS:**

Enunciative Responsibility;  
Fact-checking;  
Textual Discourse Analysis;  
Viewpoint.

**ABSTRACT:** This article discusses the application of the notion of enunciative responsibility (ER) in fact-checking reports, aiming to highlight the marks of (non-)assumption of viewpoints in the selected excerpts. The analysis focuses on two reports published on the online fact-checking platforms AFP Checamos and Agência Lupa, verifying the falsity of content about the Pfizer Covid-19 vaccine that circulated massively in the digital environment in 2020 and 2021. As a theoretical-methodological anchor, the theoretical postulates of textual discourse analysis (TDA) were mobi-

lized, according to Adam (2011; 2020), in dialogue with other postulates by Rabatel (2009, 2013, 2017) and Maingueneau (2004). The results revealed that, to fulfill their communicative purpose, the primary speaker-enunciators (L1/E1), specialized agencies, used as their main discursive strategy the attribution of viewpoints to specialized sources capable of providing technical information on the fact-checked topic. By engaging with these viewpoints, these L1/E1s demonstrate their agreement through textual marks that semanticize others' words.

## INTRODUÇÃO

O surgimento da checagem de fatos como uma nova vertente do jornalismo, popularizada no Brasil na última década, foi impulsionado por fatores ocasionados pela expansão das formas de interação no contexto digital. Entre eles, a negligência das etapas de checagem em coberturas jornalísticas, sobretudo aquelas feitas por veículos *online* que prezam pela velocidade da publicação, e o surgimento de ecossistemas digitais criados especialmente com o propósito de propagar desinformação, de modo intencional. Da mesma forma, tal cenário, somado à popularização das interações entre os usuários *online* por diferentes tipos de aplicativos nos dispositivos eletrônicos móveis, levou ao crescimento do compartilhamento indiscriminado de textos com diferentes tipos de conteúdo, inclusive textos noticiosos falsos. Ato que pode estar particularmente motivado pela geração de polêmicas instantâneas sobre ações de grupos de pensamento contrário ou apenas como forma de confundir. Há ainda o ato de compartilhar (des)informações por se acreditar ou se desejar que elas sejam verdadeiras, um tipo de apelo à emoção reforçado pelas crenças particulares.

Não se tratando necessariamente de um tipo de conduta nova, a propagação de desinformação enfrenta certas formas de combate, como a checagem de fatos empregada na esfera jornalística. Trata-se de um método jornalístico que consiste na averiguação de declarações feitas por atores públicos ou na averiguação de informações que circulam sobretudo nos ambientes *online*, com vistas a detectar erros, imprecisões ou inverdades nos textos produzidos e veiculados.

Nesse sentido, a checagem é um tipo de ação anterior à produção de um novo texto (reportagem, notícia ou outro) que conteste, geralmente pela utilização de fontes ditas “confiáveis”,

1. Acreditamos que o ato da checagem deveria ser inerente ao jornalismo, no sentido de confirmar fatos que chegam por fontes não oficiais. Um exemplo, se chega ao jornalista por uma fonte X o boato de que tal grupo corporativo está abrindo falência - ele não pode publicar essa informação antes de ir checá-la na fonte oficial, como o CEO do grupo. Ao dizer "um novo texto que conteste os textos com dados inverídicos ou manipulados" estamos falando especificamente da checagem de fatos enquanto gênero, que produz um novo texto a partir de outro já em circulação.

2. Apesar de também apresentarmos parte da ancoragem teórica em Adam (2011; 2020), que utiliza *PdV*, neste trabalho utilizamos a abreviação *PDV*, em conformidade com Rabatel (2009; 2017).

os textos com dados potencialmente<sup>1</sup> inverídicos ou manipulados. Textual e discursivamente, ambas as formas (textos verídicos e textos manipulados) apresentam em seu plano composicional, temático, de textura e enunciativo elementos semelhantes, mas diferindo-se pelo propósito comunicativo. Neste estudo, direcionar-nos-emos aos aspectos enunciativos, particularmente, concentrando-nos nas noções de responsabilidade enunciativa (doravante RE) e ponto de vista (doravante PDV), ambos observados pela Linguística Textual (Adam, 2011; 2020; Cavalcante *et al.*, 2022) e pela abordagem enunciativo-interacional (Rabatel, 2009; 2017).

Nesses limites, o estudo buscará descrever dados do desdobramento polifônico, característico dos gêneros reportagem e notícia, o qual consiste no gerenciamento de múltiplos PDV que emergem no discurso, por meio de testemunhos, dados e documentos oficiais, colocando em diálogo esses diferentes PDV. Particularmente na checagem de fatos, o jornalista adota diferentes posturas diante dos PDV imputados a outras fontes enunciativas, a fim de cumprir sua intenção comunicativa de encaminhar o pensamento do leitor sobre a (in)veracidade dos fatos. Para tanto, nesta pesquisa propomos responder de que modo as marcas de (não) assunção dos PDV (*prise en charge*) são evidenciadas em reportagens de checagem de fatos? Como objetivos específicos da análise, delimitamos i) identificar formas de gerenciamento de PDV<sup>2</sup> evocados nos discursos; ii) descrever tipos de estratégias mobilizadas (*prise en charge*, *prise en compte*, imputação) pelo jornalista locutor/enunciador primeiro (L1/E1) para assinalar os PDV; iii) verificar o emprego de elementos textuais semelhantes ou diferentes entre as duas plataformas analisadas com o intuito de analisar como os posicionamentos alheios interferem na visada argumentativa dos enunciados.

Levando em conta essas diferentes formas de gerenciamento dos PDV na produção de sentidos das reportagens, esta pesquisa trata da investigação de como se processa a RE na checagem

de fatos pensada também em uma perspectiva textual e discursiva, postura que coaduna com os trabalhos em Linguística Textual realizada no Brasil, particularmente aos do grupo PRO-TEXTO (Cavalcante *et al.*, 2022), aos quais os autores deste estudo estão filiados. Para tanto, selecionamos um *corpus* composto por excertos de duas reportagens publicadas nas plataformas de checagem *online* AFP Checamos e Agência Lupa, em março e maio de 2022. O conteúdo alvo das checagens são postagens compartilhadas em redes sociais e uma mensagem que circulou no WhatsApp, disseminando uma informação caracterizada como comprovadamente falsa sobre reações adversas relacionadas à vacina da Pfizer contra a Covid-19.

Considerando-se, dentro desse contexto, o papel da checagem em combater ou amenizar o impacto negativo da desinformação na formação da opinião pública, o estudo justifica-se pela relevância de se investigar o funcionamento da RE nessa modalidade jornalística.

### **1. A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA E A (NÃO)ASSUNÇÃO DO PONTO DE VISTA**

A responsabilidade enunciativa (RE), vista na perspectiva da ética, é uma das noções centrais nas obras de Rabatel (2009; 2017). Segundo o autor, a noção refere-se à forma como o locutor assume (*pris en charge*) ou imputa PDVs em um dado discurso, seja para apoiá-los, refutá-los ou simplesmente apresentá-los de maneira neutra. Nesses limites, ao aproximar essa noção à prática jornalística, a RE pode ser relacionada ao que é apresentado, por exemplo, no código deontológico dos jornalistas, segundo o qual os fatos relatados devem ser apresentados com rigor e exatidão, devidamente comprovados, e a “distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público” (Federação Europeia de Jornalista, 2024, sp.). Além disso, há o compromisso com o tratamento ético da informação, sendo esse compromisso, na checagem

de fatos, estendido ao combate à desinformação, por meio do confronto de informações potencialmente falsas que podem influenciar negativamente a opinião pública (Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, 2024).

Para tanto, o jornalista, o locutor/enunciador da reportagem de checagem de fatos, pode recorrer a outros PDV, transferindo assim para outra fonte enunciativa parte da RE por uma asserção, uma vez que ele também é o responsável pelo gerenciamento dos PDVs em um dado texto. Dessa forma, esse ato objetiva manter certo caráter de neutralidade e imparcialidade inerente ao discurso jornalístico. Vale dizer que faz parte do compromisso ético da atividade jornalística, de acordo com Rabatel e Chauvin-Vileno (2006, p.10),

[...] precisar certas fontes, de outro lado, proteger outras, se restringir a uma certa neutralidade na apresentação das opiniões, oscilar entre a necessidade de apresentar os pontos de vista dos outros (ou certos outros) e a obrigação de não revelar os pontos de vista pessoais dos jornalistas [Tradução nossa]<sup>3</sup>.

3. [...] préciser certaines sources, d'autre part en protéger certaines autres, s'astreindre à une certaine neutralité dans la présentation des opinions comme dans celle des faits, bref, osciller entre la nécessité de présenter les points de vue des autres (ou de certains autres) et l'obligation de ne pas donner le point de vue personnel des journalistes. (Rabatel & Chauvin-Vileno (2006, p. 10).

No tocante à busca pela credibilidade da informação, é tarefa do informador remontar a origem dos fatos a fim de fazer surgir uma construção discursiva da realidade, ou seja, onde a construção da verdade é influenciada por fatores sociais, culturais e situacionais (Charaudeau, 2013). De acordo com Charaudeau (2013), isso é feito tanto por meio de provas de verdade (como objetos e documentos) como pelos meios discursivos da reconstituição e da elucidação. Estes consistem em evocar PDVs alheios como opiniões diversas, testemunhos, bem como organismos especializados que podem prover provas técnicas e científicas. No caso da checagem de fatos, a fim de checar o conteúdo (des)informacional, o jornalista recorre diretamente aos PDV das fontes que proferiram ou que foram tema de tal conteúdo.

Ao direcionar a leitura para outras fontes de informação que respaldam seu PDV, o locutor-enunciador primeiro (o jornalista) orienta a construção do efeito de sentido desejado, conforme seu projeto comunicacional. Nesse processo de objetivação (a busca pela origem de um fato por meio da reconstituição e elucidação), o locutor/enunciador primeiro pode escolher distanciar-se ou engajar-se com um PDV alheio. Isso implica um processo de subjetivação (a inserção de sua perspectiva pessoal), onde, segundo Charaudeau (2013), o jornalista adota uma atitude psicológica que reflete seu interesse no “valor de verdade” da informação transmitida. Essa atitude pode levar o jornalista a defender ou criticar a informação de maneira parcial, conforme seu posicionamento pessoal e o efeito de sentido que deseja produzir.

Neste estudo, pensando nesses aspectos, consideramos também como estratégias argumentativas empregadas na checagem de fatos as ligações hipertextuais presentes no suporte digital, cuja função é tecer as redes de sentido que “afetam diretamente a compreensão, como também influenciam o que deve ser destacado pelo leitor ou ignorado completamente” (Marcuschi e Xavier, 2010, p. 211).

Charaudeau (2013) esclarece que o “valor de verdade” baseia-se em evidências e se concretiza por meio de uma explicação elaborada com a ajuda de uma instrumentalização científica, que se pretende exterior ao homem. Em contraste, o “efeito de verdade” está associado às convicções e ao ato de acreditar ser verdadeiro, o que está intimamente ligado ao imaginário de cada grupo social. Nesse contexto, o valor de verdade também direciona a relação argumentativa estabelecida entre o locutor e o alocutário, conforme a nova retórica, que é compreendida como um acordo com o tipo de auditório, seja ele particular ou universal<sup>4</sup>.

4. Não trataremos aqui dessas noções, uma vez que elas desviariam em certa medida do percurso teórico do presente estudo. De forma resumida, acreditamos que elas poderiam contribuir para a compreensão da ação visada no gerenciamento de PDVs, no caso ligando-se ao que estamos conceituando aqui como “verdade” (acordo com o auditório universal). Deixaremos essa abordagem para outro trabalho, mas acredita-se que, com base na remontagem dos fatos, por meio de PDVs alheios que fornecem provas de verdade com vistas a estabelecer acordo com um auditório dito universal, criam-se desdobramentos polifônicos característicos do gênero reportagem. Poderíamos ainda complementar essa noção pelos encaminhamentos argumentativos provenientes da nova retórica, considerando o entendimento de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) de que o discurso é sempre construído em função do outro, seja para convencer um auditório universal, ao apresentar fatos e verdades para persuadir um auditório particular, por meio de argumentos baseados nas crenças, valores e lugares-comuns atrelados a tal auditório.

Em uma perspectiva analítica e textual, semelhante à que pretendemos seguir neste estudo, a RE no modelo teórico proposto por Adam (2011; 2020), no âmbito da análise textual dos discursos (ATD), é compreendida pelo exame do texto dentro do quadro mais amplo. A ATD está subdividida em níveis analíticos (textuais e discursivos), incluindo o enunciativo, que se refere especificamente à RE<sup>5</sup>, foco da presente pesquisa.

5. São cinco níveis analíticos que dizem respeito à textualidade (N4), à estrutura composicional (N5), à dimensão semântica (N6), à enunciativa (N7) e aos atos de discurso (N8). Esses níveis, para Adam (2011), não devem ser pensados isoladamente, mas sempre relacionados entre si para a compreensão global do texto.

Situada por Adam (2011) no plano enunciativo dentre os níveis ou planos de análise textual e discursiva, a RE pode ser compreendida como uma unidade que se preocupa em apreender o desdobramento polifônico do texto para o nível enunciativo, ou seja, da coesão polifônica. Também, na teoria do autor, é um dos componentes da unidade mínima de sentidos (proposição-enunciado). Segundo ele, as relações enunciativas são estabelecidas como um dos componentes da proposição-enunciado, a assunção de responsabilidade (*prise en charge*) e ponto de vista, junto da representação discursiva (semântica/tema) e da orientação argumentativa (atos de discurso)<sup>6</sup>. Adam (2020) aponta que essas três dimensões são inseparáveis, uma vez que toda *prise en charge* é a expressão de um PDV e possui uma orientação argumentativa mais ou menos explícita.

6. Para essa apresentação, usamos as noções conforme a última edição da obra (Adam, 2020). Na tradução de 2011 o termo *prise en charge* foi traduzido como “responsabilidade enunciativa”, contudo, conforme nossa compreensão da obra, utilizamos a mesma denominação para o termo apresentado por Rabatel (2009) como “assunção de responsabilidade”.

Mesmo que na teoria de Rabatel essa noção seja mais ampla, ligada à ética, identificamos pontos de adesão entre os autores, o que implica na junção das teorias em uma certa complementaridade à análise que pretendemos aqui. Assim, Rabatel (2017) traz outras definições importantes, como a de PDV, pela qual filia a noção aos elementos de ordem semântica ou de referência.

Defino como ponto de vista (PDV), em linguística, todo enunciado que predica informações sobre qualquer objeto do discurso, fornecendo não apenas informações sobre o objeto (relacionadas a sua denotação), mas também sobre a maneira pela qual o enunciador considera o objeto, expressando assim um PDV. O tema do PDV pode ser um indivíduo, uma coletividade, um anônimo, podendo expressar PDVs singulares ou coletivos, originais ou estereótipos (Rabatel, 2017, p. 43 [tradução nossa])<sup>7</sup>.

Rabatel (2009) define ainda que o enunciador é a fonte na origem do PDV, podendo este ser assumido pelo locutor-enunciador primeiro (L1/E1) ou imputado a um segundo enunciador de forma direta (l2/e2) ou indireta (e2)<sup>8</sup>. Monte (2023, p. 2) explica que em sua teoria para o PDV, Rabatel baseia-se em Ducrot (distinção entre locutores e enunciadores). Nesse sentido,

o locutor/enunciador primeiro (ao mesmo tempo, sujeito dêitico e modal) articula, com muita frequência, no mesmo enunciado ou em enunciados consecutivos, diferentes pontos de vista (PDV), alguns dos quais ele assume [*pris en charge*] e outros que ele imputa a outros locutores/enunciadores segundos ou a si mesmo em um outro universo. Diante desses 'heteroPDV', ele pode manifestar sua concordância ou discordância, ou simplesmente levar em consideração [*pris en compte*] os PDV sem se posicionar a respeito deles [Tradução nossa]<sup>9</sup>.

Esse aspecto apresentado por Monte (2023) a respeito dos heteroPDV permite que possamos entender a RE por modos diferentes, o que nos ajudaria a compreender seu uso nas reportagens de verificação de fatos. Como afirma a autora, “a atenção que ele dá à maneira como o L1/E1 se posiciona em relação ao ponto de vista de outro, o que o leva necessariamente a expressar esse ponto de vista, às vezes de forma distorcida, em seu próprio discurso<sup>10</sup>” (p. 3, tradução nossa). Coadunamos com Monte (2023), nesse sentido, com a afirmação de que as duas dissociações (produtor empírico L e instância responsável pelo PDV E) parecem gestos teóricos essenciais para o desenvolvimento de análises, uma vez que também esboçam parte do que consideramos em algumas análises como *ethos*<sup>11</sup>.

7. “Je définis comme point de vue (PDV), en linguistique, tout énoncé qui prédique des informations sur n'importe quel objet du discours, en donnant non seulement des renseignements sur l'objet (relatifs à sa dénotation), mais aussi sur la façon dont l'énonciateur envisage l'objet, exprimant ainsi un PDV. Le sujet du PDV peut être un individu, un collectif, un anonyme, et il peut exprimer des PDV singuliers ou collectifs, originaux ou stéréotypés”.

8. Seguiremos a convenção, conforme Rabatel (2009; 2017), de utilizar letras maiúsculas para designar o locutor/enunciador primeiro (L1/E1) e letras minúsculas para os outros pontos de vista (PDVs) gerenciados por L1/E1, os quais serão representados como l2/e2 ou e2 e subsequentes.

9. Le locuteur/énonciateur premier (à la fois sujet déictique et modal) articule très souvent, dans un même énoncé ou dans des énoncés consécutifs, des points de vue (PDV) différents, certains qu'il prend en charge et d'autres qu'il impute à des locuteurs/énonciateurs seconds ou à lui-même en un autre univers. Face à ces « hétéroPDV », il peut manifester son accord ou son désaccord ou simplement prendre en compte les PDV sans exprimer de position à leur égard.

10. l'attention qu'il porte à la façon dont le locuteur/énonciateur premier se positionne par rapport au PDV d'un autre, ce qui l'amène nécessairement à exprimer ce PDV, parfois de façon déformée, dans son propre discours.

11. Para mais detalhamentos, ver Amossy (2018).

12. As categorias propostas por Adam (2001) são uma ampliação do “aparelho formal de enunciação” elaborado por Benveniste (1974). São elas: índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalizações, índices de representação da fala, índices de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica e índices de percepção ou pensamento reportado.

13. Neste artigo, utilizamos o termo **mediativo** como sinônimo da **modalização em discurso segundo**, como em Maingueneau (2004).

Em resumo, podemos compreender então três posturas enunciativas definidas por Rabatel (2009) diante dos conteúdos proposicionais atribuídos a um segundo enunciador: i) L1/E1 discordante de e2, não assumindo a responsabilidade enunciativa; ii) L1/E1 neutro, implicando assim uma responsabilidade zero ou quase assunção da RE; iii) L1/E1 concordante com o PDV de e2, assumindo assim também a RE. São, portanto, as posturas de L1/E1 com vista ao engajamento ou distanciamento dos PDV de e2 que orientam argumentativamente o enunciado. Nas palavras de Rabatel (2013), o enunciador, como a instância que se encontra na origem do PDV expresso em um conteúdo proposicional, é também o ponto central das visadas argumentativas dos locutores.

Por fim, das noções apresentadas, podemos compreender que o grau de RE de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua, assim como é apresentado por Adam (2011; 2020). Essas unidades estão enquadradas em oito categorias<sup>12</sup> que possibilitam depreender os PDVs de um enunciado, tendo sido eleita para dar conta dos objetivos desta análise a categoria de indicação de quadros mediadores, demarcando a presença de e2 ou l2/e2 no discurso.

Em sentido próximo, Maingueneau (2004) considera o discurso mediativo<sup>13</sup> como uma forma mais discreta de o locutor indicar, de maneira explícita, que não é a fonte primeira da informação, ou seja, que não é responsável por aquela asserção. São essas marcas discursivas presentes no nível do texto, bem como nos arredores das citações, que conferem significado ao enunciado, evidenciando sua orientação argumentativa. O que significa dizer que não se depreendem os efeitos de sentido somente no interior da proposição-enunciado, mas também por meio das posturas do locutor que antecedem ou sucedem os PDV alheios.

Dito isso, vale destacar que todo enunciado possui uma potencialidade ilocucionária, livre de conectores argumentativos (Adam, 2011; 2020). Isso porque, mesmo que o enunciador procure manter-se distante das asserções imputadas, sua visada/dimensão argumentativa (Amossy, 2018) ainda se faz presente, reveladas por uma série de marcas linguísticas que compõem os enunciados e orientam a sua interpretação.

Tendo, pois, explicitados os fundamentos teóricos que embasam a análise da responsabilidade enunciativa no *corpus* selecionado, passemos à descrição dos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o objetivo geral da presente pesquisa – de descrever e interpretar como se processa a RE na checagem de fatos – elegemos como *corpus* analítico duas reportagens publicadas pelas plataformas *online* AFP Checamos e Agência Lupa, em março e maio de 2002, respectivamente. As duas publicações analisadas abarcam o mesmo tema, tendo como alvo a checagem de dois conteúdos distintos (postagens nas redes sociais X (antigo Twitter), Facebook e Instagram e uma mensagem no aplicativo WhatsApp), que circularam em diferentes momentos. Para contextualizar o leitor, ambas as plataformas expõem a captura de tela do conteúdo na introdução das checagens publicadas. Foram então gerados excertos subsequentes de cada reportagem, os quais foram divididos em segmentos informacionais numerados segundo as proposições finalizadas com ponto final no sentido de destacar o PDV. Em seguida foram destacadas unidades em negrito correspondentes à codificação das fontes enunciativas e às marcas linguísticas (textuais/discursivas) enfocadas por esta análise.

Entre as oito categorias de graus de RE sugeridas por Adam (2011; 2020), mobilizamos para este trabalho a indicação de quadros mediadores desdobrada nas subcategorias: a) **marcadores**, b) **verbos de atribuição de fala** e c) **modalização por tempo verbal**. Este trabalho assume também que as atribuições de fala podem ocorrer pelo discurso direto, indireto e híbrido (marcado pela presença de ilhas textuais). Dessa forma, para chegar aos resultados de pesquisa, as etapas dos procedimentos de análise foram as seguintes (Tabela 1):

Tabela 1 – Procedimentos de análise

Fonte: Elaborada pelos autores

Descrição	Porcentagem acumulativa
Marcadores	Identificação dos PDV evidenciados nos enunciados
Verbos de atribuição de fala	Descrição das marcas linguísticas dos quadros mediadores, focalizando os verbos de atribuição de fala
Modalização por tempo verbal	Marcadores e modalização por tempo verbal
Discurso direto, Discurso indireto, Discurso híbrido	Levantamento das ocorrências de discurso indireto, direto e híbrido nos excertos selecionados, a fim de verificar diferenças entre as duas plataformas analisadas em relação aos tipos de discurso empregados
<i>Prise en charge</i>	Identificação das ocorrências de (não) assunção dos pontos de vista nos excertos selecionados
Gerenciamento de PDV	Interpretação do gerenciamento desses pontos de vista em interface com a orientação argumentativa dos enunciados

As etapas dos procedimentos de análise podem ainda ser assim descritas: i. identificação dos PDV nos enunciados; ii. descrição das marcas linguísticas dos quadros mediadores com foco nos elementos verbais; iii. observação dos discursos indireto, direto e híbrido; iv. identificação das ocorrências de (não) assunção de PDV; v. análise qualitativa dos excertos e vi. interpretação do gerenciamento dos PDV em interface com a orientação argumentativa dos

enunciados. Elucidados os procedimentos metodológicos, passemos, a seguir, à análise dos dados.

### **3. RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM REPORTAGENS DE CHECAGEM DE FATOS SOBRE A VACINA DA PFIZER**

O propósito discursivo das duas reportagens de checagem analisadas é comprovar a inveracidade da informação que circulava em meios de interação *online* afirmando que a Pfizer teria divulgado um documento listando milhares de efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19. Verificamos, assim, que as duas plataformas de checagem que compõem o *corpus* desta pesquisa têm um padrão composicional comum, contextualizando o tema na introdução das reportagens, ao expor o conteúdo em circulação previamente àquela checagem, juntamente com uma captura de tela da rede social ou do aplicativo de mensagens. Na sequência, traz as fontes enunciativas que comprovam a inveracidade ou imprecisão dos fatos e que, por sua vez, desempenham a função de legitimar o PDV com o qual L1/E1 se engaja.

A seguir, apresenta-se a análise da reportagem publicada pela AFP **Checamos** no dia 13 de março de 2022 (Figura 1): “Não, este relatório não lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19”<sup>14</sup>.

14. Disponível em: <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>. Acesso em: 05/04/2024.

Figura 1 - 441 AFP

Fonte - Disponível em: <https://checamos.afp.com/verificacoes-da-afp-em-portugues-sobre-o-novo-coronavirus>. Acesso em: 05/04/2024

**441. Este relatório lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19: FALSO**

Publicações viralizadas em múltiplos idiomas afirmam que um relatório da farmacêutica Pfizer reconhece centenas de efeitos adversos que seriam provocados por sua vacina contra a covid-19. Mas a lista que embasa as publicações mostra, na verdade, condições médicas que podem, teoricamente, ser atribuídas à vacinação e que, por isso, são objeto de um monitoramento prévio. O documento não descreve, portanto, consequências do imunizante da Pfizer-BioNTech, mas uma exigência padrão de monitoramento para a comercialização de qualquer nova vacina, como explicaram farmacologistas à AFP.  
[Confira.](#)

Como informação adicional, há a indicação do ecossistema digital onde o dado falso foi publicado marcado com um X (Figura 2). Há aqui um elemento icônico com a indicação da não veracidade das informações.

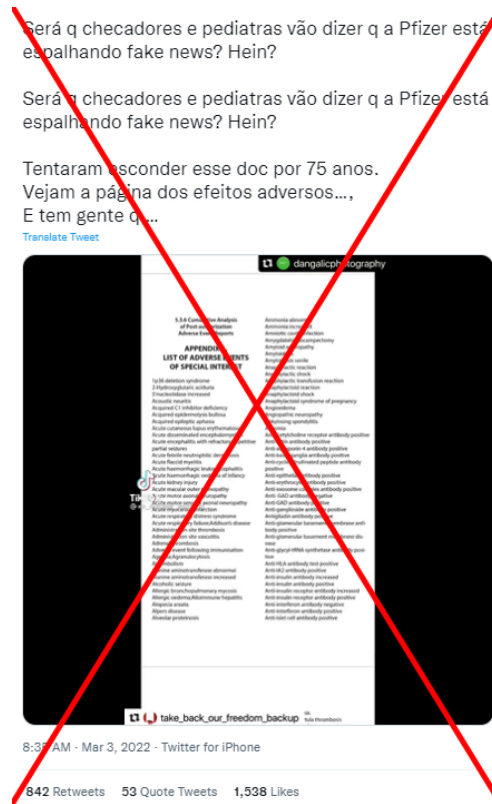


Figura 2 - Captura da página da rede social

Fonte - Disponível em: <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>.  
Acesso em: 05/04/2024

Na sequência, apresentamos a reportagem sobre a checagem dos dados presentes nas Figuras 1 e 2, retextualizada no Quadro 1. Pela análise da *prise en charge* e gerenciamento de PDV e outros indicadores dos quadros mediadores (Tabela 1), no segmento 1, L1/E1 (Alexis ORSINI) imputa às publicações em redes sociais (e2) o PDV de que “a Pfizer teria divulgado um documento contendo centenas de efeitos adversos da vacina contra a Covid-19”. L1/E1 emprega o tempo verbal futuro do pretérito em “seriam provocados” para distanciar-se da asserção apresentada já no título da reportagem.

Quadro 1 - Excertos AFP Checamos  
1 a 6

Fonte - Disponível em: <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>.  
Acesso em: 05/04/2024

**Não, este relatório não lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19**

Alexis ORSINI, AFP França, AFP Brasil

[1] **Publicações** viralizadas em múltiplos idiomas **afirmam** que um relatório da farmacêutica Pfizer reconhece centenas de efeitos adversos que **seriam provocados** por sua vacina contra a covid-19. [2] **Mas** a lista que embasa as publicações mostra, **na verdade**, condições médicas que podem, teoricamente, ser atribuídas à vacinação e que, por isso, são objeto de um monitoramento prévio. [3] O documento não descreve, portanto, consequências do imunizante da Pfizer-BioNTech, mas uma exigência padrão de monitoramento para a comercialização de qualquer nova vacina, **como explicaram farmacologistas** à AFP (grifos próprios).

[4] Embora o documento creditado à Pfizer que lista todas essas condições médicas esteja disponível online, o relatório está sendo alvo de uma interpretação incorreta, **como indicou** à AFP **Aurélie Grandvillemin**, vice-chefe do Centro Regional de Farmacovigilância (CRPV) da região francesa da Borgonha: [5] “Esta não é, de **forma alguma**, uma lista de efeitos adversos reportados da vacina da Pfizer-BioNTech [Cominarty], mas um compilado de eventos adversos de interesse especial [...], de manifestações médicas identificadas a priori como possivelmente associadas à administração de uma vacina e que serão especificamente monitoradas após a comercialização de qualquer vacina, contra a covid ou outra doença” (grifos próprios).

[6] **Francesco Salvo**, coordenador do monitoramento de segurança da vacina da Pfizer em nível nacional, na França, e diretor do CRPV de Bordeaux **confirmou à AFP**: “Essa não é uma lista de efeitos adversos da vacina da Pfizer, mas de eventos que foram definidos por especialistas mundiais em vacinas, antes do início da campanha vacinal, como eventos a monitorar a priori com atenção após a vacinação, pois poderiam representar efeitos adversos dessas vacinas” (grifos próprios).

O operador argumentativo “mas”, no início do segmento 2, introduz um PDV distinto (e3) daquele apresentado no segmento anterior atribuído a e2, uma vez que possui valor pragmático de refutação (Koch, 2011). O uso da expressão “na verdade” reforça a refutação de L1/E1 ao PDV precedente de e3.

O conteúdo proposicional do segmento 3 é ainda reforçado e imputado a farmacologistas (e4), fontes especializadas que forneceriam provas técnicas e científicas para a elucidação dos fatos (Charaudeau, 2013). O verbo do dizer eleito (“explicaram”) para introduzir o discurso relatado de forma mediada pressupõe que o enunciador responsável (e4), tem competência e legitimidade para a explicitação dos dados descritos no documento, os quais demarcamos como provenientes de e3. De acordo com Monte (2023), estaríamos diante de um “heteroPDV”, em que L1/E1 estaria manifestando sua discordância de e2 (marcado no singular por termos apenas uma referência genérica das publicações), enfatizando o real PDV de e3 (referência ao relatório da farmacêutica Pfizer) e levando em consideração o PDV de e4 (farmacologistas, também em uma referência a um PDV genérico).

No segmento 4, L1/E1 reformula as palavras de e2 (publicações falsas) acerca de e3 (o relatório da Pfizer), aciona um l5/e5 (Aurélie Grandvullemin) por meio de um verbo de dizer, “indicou”, para se somar (*prise en compte*) ao seu PDV e afirma tratar-se de uma falsa informação. Além disso, ao mediar a fala de e2, L1/E1 fornece suas credenciais AFP e as credenciais de l5/e5 (“vice-chefe do Centro Regional de Farmacovigilância - CRPV - da região francesa da Borgonha”), a fim de garantir maior fiabilidade na asserção.

Por aderir a esse PDV, L1/E1 emprega o discurso relatado direto com a intencionalidade de criar autenticidade, indicando que as palavras citadas são aquelas realmente proferidas, além de explicitar sua adesão respeitosa à asserção, conforme Maingueneau (2004). Além disso, a fala de l5/e5 escolhida por L1/E1 para marcar o PDV contrário traz o indicador de quadro mediador “de forma alguma” que trata particularmente da refutação do PDV de e2.

Na proposição seguinte (6), ocorre processo semelhante, sendo imputada a asserção a outra fonte enunciativa, seguida do acordo de L1/E1. Na atribuição de fala do segmento 6, o discurso relatado direto refere-se ao mesmo PDV expresso no excerto 2. Nele, L1/E1 dialoga em forma de *prise en compte*, indicando essa adesão pela escolha do verbo *dicendi* “confirmou”, o qual valida e reforça esse PDV por meio da citação direta de l6/e6, uma outra fonte enunciativa ligada ao mesmo órgão especializado (“coordenador do monitoramento de segurança da vacina da Pfizer ao nível nacional, na França, e diretor do CRPV de Bordeaux”).

Com evidências que constituem provas de verdade, a reportagem da AFP Checamos disponibiliza por meio de ligação hipertextual (dêixis textual a e3) o relatório alvo da interpretação incorreta por e2, disponível publicamente no site da FDA (Agência de Medicamentos e Alimentos dos Estados Unidos).

No segundo exemplo, seguindo uma lógica semelhante à utilizada pela AFP Checamos, a reportagem publicada pela Agência Lupa, em 24 de maio de 2022, intitulada “É falso que Pfizer divulgou lista com 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-1”<sup>15</sup> também apresenta a captura de tela da informação falsa publicada no ecossistema digital de origem. Em limites próximos, a agência utiliza outro tipo de elemento icônico para indicar a inveracidade das informações, dessa vez em forma de faixa amarela com a indicação de falso, semelhante à utilizada em cenários de crime por policiais. Em si, há uma aparente intertextualidade que também aciona um PDV e/ou contribui para a construção dos sentidos na página (Figura 3).

15. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina>. Acesso em 05/04/2024.

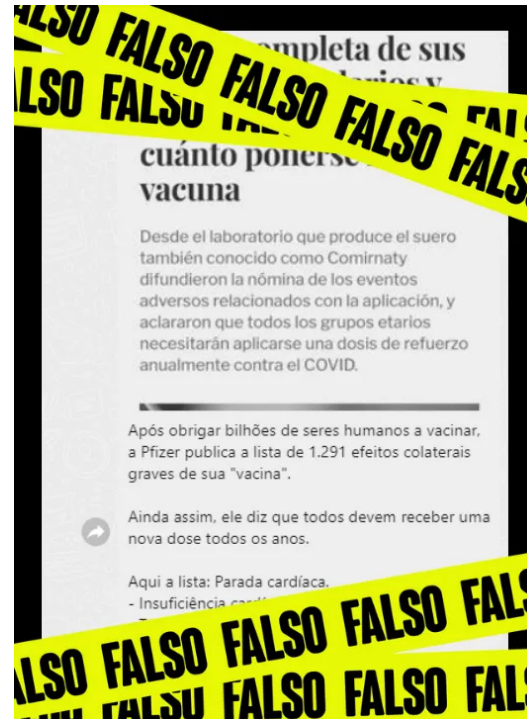


Figura 3 - Captura de tela do WhatsApp

Fonte - Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina>. Acesso em: 05/04/2024

O Quadro 2, a seguir, traz a reportagem com a checagem dos fatos segundo a apuração da jornalista (L1/E1) da Agência Lupa. Para a análise, usamos as mesmas marcações da análise anterior, dividindo o texto segundo a pontuação e com destaques de marcadores enunciativos em negrito.

Quadro 2 - Excertos Agência Lupa  
1 a 10

Fonte - Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina>.  
Acesso em 05/04/2024

**É falso que Pfizer divulgou lista com 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19**

Carol MACÁRIO, Agência Lupa

[1] Circula no WhatsApp a informação de que a Pfizer **supostamente** divulgou uma lista com “1.291 efeitos colaterais graves” associados à sua vacina contra a Covid-19. [2] **Segundo o conteúdo viral**, entre os eventos descritos pela empresa estão parada e insuficiência cardíaca, miocardite, lesão renal aguda, embolia e trombose do tronco cerebral e morte neonatal, entre outros. [3] **O conteúdo** também **sugere** que essa lista **teria sido** publicada depois que a empresa obrigou “bilhões de seres humanos” a se vacinar (grifos próprios). [4] A informação analisada pela Lupa é falsa. A Pfizer não divulgou **nenhum** documento listando 1.291 efeitos colaterais provocados pela Comirnaty, vacina de mRNA contra a Covid-19. [5] Dentre as reações adversas comuns e informadas na bula do imunizante constam **apenas** dor de cabeça, muscular e nas articulações, inchaço no local da injeção, calafrios, diarreia e febre. [6] Em nota, **o laboratório norte-americano informou** que os “eventos adversos que podem ser relacionados à vacina”, identificados durante as fases de estudo pré e pós-comercialização, “estão na bula do produto” (grifos próprios). [7] O conteúdo que circula em correntes de WhatsApp faz uma interpretação **equivocada** de um relatório, entregue pela Pfizer ainda no final de 2021, para a agência reguladora de medicamentos norte-americana Food and Drug Administration (FDA) como parte do Pedido de Licença Biológica (BLA). [8] Nesse documento, **o laboratório informa**, dentre outros pontos, uma lista de “eventos adversos de interesse especial” (páginas 30 a 38), **ou seja**, possíveis efeitos os quais deveriam ser observados e monitorados. [9] Isso não quer dizer que esses eventos foram confirmados **e, sim**, lista reações hipotéticas às quais os pesquisadores deveriam ficar atentos (grifos próprios). [10] Especificamente sobre esse relatório e as interpretações enganosas desse texto, a Pfizer informou que, “por política global, não comenta documentos que circulam ou viralizam em redes sociais”.

No segmento 1, L1/E1 imputa o PDV à mensagem que circulava no aplicativo WhatsApp (l2/e2), empregando o advérbio modalizador “supostamente” para marcar seu afastamento. As aspas em “1.291 efeitos colaterais graves”, no interior do discurso indireto, criam uma ilha textual que denota o intencional distanciamento que o locutor toma das palavras imputadas ao conteúdo em circulação no WhatsApp, por não aderir a esse PDV. As ilhas textuais configuram

um discurso híbrido, por tratar-se do emprego de aspas ou itálico dentro da estrutura lexical do discurso indireto ou mediativo. Esta forma de citar o discurso alheio, segundo Maingueneau (2004), restitui as palavras da fonte enunciativa, porém, ainda mantém a distância do locutor-enunciador do conteúdo citado.

Observemos o segmento 2, examinando a marca de desresponsabilização própria do discurso mediativo “segundo”. Essa escolha linguística é coerente com o PDV com que L1/E1 se engaja ao longo do texto. Ao contrário da aparente neutralidade em 2, no segmento posterior (3), o afastamento de L1/E1 em relação ao PDV é mais evidente, por meio do uso em parte do discurso relatado indireto<sup>16</sup>, mas com citação de dados apresentados por l2/e2 como em “bilhões de seres humanos”. Isso porque, ao eleger o verbo “sugere”, o locutor atribui ao conteúdo do aplicativo de mensagens um baixo grau de assertividade. Nota-se, nesse segmento, a maneira como o verbo introdutor *dicendi* dá direcionamento ao discurso relatado e condiciona sua interpretação, conforme Maingueneau (2004) e Rabatel (2003)<sup>17</sup>.

Pela manipulação que L1/E1 faz do discurso alheio, no mesmo segmento, o caráter hipotético da asserção é reforçado pelo uso do futuro do pretérito em “teria sido”. Conforme Koch (2011), esse tempo verbal exprime uma metáfora temporal de validade limitada, de probabilidade a ser confirmada. Outra marca do não engajamento do locutor no segmento 3 é a ilha textual “bilhões de seres humanos” que, assim como no segmento 1 do mesmo excerto, aparece para marcar seu desacordo de L1/E1 diante do PDV apresentado por l2/e2.

Apresentando um contraponto ao conteúdo expresso no excerto 1, L1/E1 assume o PDV com o qual se engaja, no segmento 4. Ao examinarmos os enunciados subsequentes, percebemos que L1/E1 visa sustentar o PDV com o qual demonstra concordância, trazendo a indicação de e3. No primeiro segmento, a negação de que a Pfizer (e3) teria divulgado um documento

16. Usado pelo L1/E1 para relatar algo dito ou pensado por um l2/e2 sem repetir de forma exata suas palavras, mas transmitindo uma “essência” do que foi dito. Esse tipo de uso pode levar ao que Rabatel (2003) define nos termos de discurso representando e de apagamento enunciativo. Poderíamos dizer que o discurso relatado indireto levaria a um certo grau de apagamento, já que o enunciador original é indiretamente citado, estando sua voz menos perceptível no relato. Não trataremos especificamente desse assunto por uma questão de recorte do estudo, além de acreditamos que o tratamento da questão necessitaria de um apanhado teórico específico.

17. Weinrich (1989 apud Rabatel, 2003, p.66) “observa que as OR funcionam com os verbos *dicendi*, verbos *putandi*, verbos *sentiendi* e os verbos de estruturação. Weinrich especifica que assim como no discurso indireto integrado, o discurso indireto livre não significa necessariamente falar em voz alta” [tradução nossa] – Weinrich “[...] signale que les OR fonctionnent avec les verba *dicendi*, verba *putandi*, verba *sentiendi*, et les verbes de structuration. Weinrich précise que pas plus qu’au discours indirect intégré, le discours

indirect libre ne signifie qu'on parle à voix haute”.

listando 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19 é reforçada pelo operador argumentativo “nenhum”. Na sequência, em 5, o L1/E1 exime-se da RE, amparando-se na bula da vacina da Pfizer como prova evidencial da verdade. Emprega marcador de exclusão “apenas” (Koch, 2011) para orientar argumentativamente o leitor de que aquelas são as reações realmente advertidas na bula, assim descartando os 1.291 efeitos colaterais supostamente confirmados pelo laboratório, conforme a mensagem que circulou no WhatsApp.

Com o intuito de legitimar o PDV aderido por L1/E1 no segmento precedente, esse PDV é imputado à Pfizer no segmento 6 (l3/e3). A concordância do locutor é assinalada pela escolha do verbo introdutor do discurso indireto “informou” e denota que a asserção do laboratório tem peso informacional. Na atribuição de fala desse segmento, a instância produtora da reportagem emprega duas ilhas textuais separadas por um trecho entre vírgulas, buscando manter-se o mais fiel possível às exatas palavras do laboratório, em nota enviada à imprensa. O cotexto imediato permite identificar a representação de concordância dada pelas aspas nas ilhas textuais, diferente daquela verificada no excerto 1, uma vez que o PDV deste discurso relatado (em 6) é o mesmo já assumido por L1/E1 nos segmentos anteriores.

No segmento 7, L1/E1 assume o PDV de que o autor da mensagem que circulou no aplicativo (l2/e2) de mensagens interpretou de forma “equivocada” o relatório divulgado pela Pfizer. Exime-se da RE, no segmento seguinte (8), imputando a asserção ao laboratório produtor da vacina. Pelo cotexto, inferimos que as aspas são empregadas, neste caso, com a intenção de garantir a autenticidade da asserção, uma vez que L1/E1 deseja expressar que aqueles efeitos adversos são, de fato, hipotéticos, e não confirmados, tal qual disseminado pela mensagem do WhatsApp. De acordo com Maingueneau (2004), é somente ao observarmos o cotexto imediato que se depreende a intenção do locutor. É função das aspas, portanto, delegar ao co-enunciador o preenchimento de uma lacuna interpretativa.

L1/E1 segue engajando-se ao mesmo PDV (em 8) ao fazer citação ao dizer de l3/e3 a respeito dos “efeitos adversos de interesse especial”, inclusive com a citação das falas. Ao usar “ou seja”, o locutor teve a intenção de introduzir uma asserção derivada que esclarece ou retifica a enunciação que a precede (Koch, 2011).

No segmento 9, o PDV assumido por L1/E1 nos segmentos anteriores é reiterado, desta vez, não se eximindo da RE. O marcador de oposição “e sim” introduz ideia oposta àquela apresentada pelo PDV expresso no excerto 1. Por fim, o segmento 10 apresenta novamente uma citação direta da fala de l3/e/3 em que reforça o efeito de inveracidade dos fatos apresentados por l2/e2, inclusive realizando uma menção a conteúdos viralizados em redes sociais - “por política global, não comenta documentos que circulam ou viralizam em redes sociais”.

Como provas de verdade, a reportagem da Agência Lupa disponibiliza por meio de ligações hipertextuais a bula da vacina, o relatório divulgado pela Pfizer no site da FDA (Agência de Medicamentos e Alimentos dos Estados Unidos), bem como o comunicado enviado pelo laboratório à imprensa contendo o esclarecimento da informação falsa, reforço dos PDVs em uma relação intertextual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No desdobramento da análise, observamos que, para cumprir seu propósito comunicativo, próprio do contexto de comunicação em que está inserido, L1/E1 imputa os PDV a fontes especializadas que têm condições de fornecer informações técnicas sobre o tema da checagem: a saber, a própria Pfizer e o Centro Regional de Farmacovigilância (CRPV), órgão responsável pela segurança da vacina produzida pelo laboratório norte-americano.

Esses dados se apresentam, nos enunciados analisados, como um contraponto ao PDV expresso pelos conteúdos checados, de modo a refutar a tese que questiona a segurança da vacina da Pfizer. L1/E1 evidencia seu engajamento com esse PDV defendido pelas fontes selecionadas por ele, por meio de marcas linguísticas que semantizam as palavras alheias.

Além dos dados apresentados no próprio corpo das reportagens, os documentos ou as imagens anexos às ligações hipertextuais permitem ao leitor também “checar o checador”, ou seja, reconstruir o caminho percorrido pelo jornalista, garantindo, assim, a transparência da informação. A disponibilização de hiperligações como forma de evidência da verdade e a escolha das fontes de informação têm a função de orientar argumentativamente os enunciados. Esses usos se mostram uma ferramenta analítica que contribui à compreensão das marcas enunciativas presentes nesse gênero jornalístico.

Verificamos ainda que o engajamento com as fontes selecionadas pelo jornalista para sustentar o PDV com o qual ele se alinha se destaca pelo uso de marcas linguísticas, como verbos de atribuição de fala que conferem fiabilidade ao discurso citado (como “informa” e “explícaram”), além de operadores argumentativos que indicam a adesão de L1/E1 aos discursos relatados.

Já os PDV imputados aos conteúdos checados são representados como algo distante da verdade – ou cuja certeza está fora de questão –, o que é assinalado pela presença de marcadores discursivos que evidenciam o desacordo de L1/E1 com tais PDV. Como exemplo do distanciamento da enunciação por L1/E1, temos os verbos de atribuição de fala que conferem baixo grau de assertividade às palavras alheias (como “sugere”), as ilhas textuais no interior no discurso relatado e o uso do tempo verbal futuro do pretérito, que confere à asserção efeito de sentido de validade limitada.

Diante do breve histórico da checagem de fatos no Brasil, é possível aprofundar a investigação do funcionamento da RE nessa modalidade jornalística, a fim de verificar o papel dos mecanismos de desresponsabilização na produção de sentidos e na manutenção da credibilidade dos veículos de comunicação dedicados a essa atividade profissional. Almeja-se, com os resultados apresentados, também gerar uma reflexão em torno da responsabilidade social da checagem de fatos no que concerne ao combate à desinformação, assim como despertar um olhar mais vigilante para a veracidade das notícias, sobretudo aquelas compartilhadas no ambiente *online*.

ARTIGO RECEBIDO A  
22/03/2024  
ARTIGO APROVADO A  
05/06/2023

#### REFERÊNCIAS

- Adam, J. M. (2011). *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues et. all., Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2020). *La linguistique textuelle: Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Armand Colin.
- Amossy, R. (2018). *A argumentação no discurso*. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira (coord.). Contexto.
- Cavalcante, M. M. et all.. (2022). *Linguística textual: conceitos e aplicações*. Editora Pontes.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso das mídias* (2ª edição). Tradução: Angela M. S. Corrêa, Contexto.
- Federação Europeia de Jornalistas (2021). *Código Deontológico dos Jornalistas*. Jornalistas.eu, [S.l.]. <https://jornalistas.eu/deontologico/codigo-deontologico/>.
- Federação Nacional de Jornalistas - FENAJ (2007). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. FENAJ. [http://www.fenaj.org.br/wp-content/uploads/2015/09/codigo\\_de\\_etica.pdf](http://www.fenaj.org.br/wp-content/uploads/2015/09/codigo_de_etica.pdf).
- Koch, I. G. V. (2011). *Argumentação e linguagem* (13ª edição). Cortez.
- Macários, C. (2022). *É falso que Pfizer divulgou lista com 1.291 efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19*. <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/05/24/pfizer-lista-efeitos-colaterais-vacina/>.
- Maingueneau, D. (2004). *Análise de textos de comunicação* (3ª edição). Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha, Cortez.
- Marcuschi, L. A., & Xavier, A. C. (Orgs.). (2010). *Hipertexto e gêneros digitais: Novas formas de construção de sentido* (3ª edição). Cortez.
- Monte, M. (2023). Entre auteur et locuteurs, l'énonciateur textuel: Concept inutile ou figure-clé? *Argumentation et Analyse du Discours*, 31, 1-19. <http://journals.openedition.org/aad/7800>.
- Orsini, A. (2022). *Não, este relatório não lista centenas de efeitos adversos da vacina da Pfizer contra a covid-19*. <https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32639XT>.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2ª edição). Martins Fontes.
- Rabatel, A. (2003). Les verbes de perception en contexte d'effacement énonciatif : du point de vue représenté aux discours representes. *Travaux de linguistique* 46-1, 49-88. <https://www.cairn.info/revue-travaux-de-linguistique-2003-1-page-9.htm&wt.src=pdf>.

Rabatel, A. (2013). O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In W. Emediato (Org.), *A construção da opinião na mídia* (p. 19-66). FALE/UFMG, Núcleo de análise do discurso.

\_\_\_\_\_(2017). *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue*. Lambert-Lucas.

\_\_\_\_\_(2009). *Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée*. *Langue Française*, 162, 71-87. <https://doi.org/10.3917/lf.162.0071>.

Rabatel, A., & Chauvin-Vileno, A. (2006). La “question” de la responsabilité dans l’écriture de presse. *Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours*. Presses Universitaires de l’Université de Franche Comté, 22, 5-24. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00366905/document>.

